

30/09/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 948.503 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	: SONIA MARLI DA ROSA FERREIRA
ADV.(A/S)	: ANDRÉA BUENO MAGNANI
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. PROVENTOS. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA ATIVIDADE DO SEGURO SOCIAL – GDASS. INTEGRALIDADE.

1. A jurisprudência do STF tem entendimento firmado segundo o qual não há ofensa ao direito à integralidade a não incorporação aos proventos de aposentadoria do mesmo percentual da GDASS percebido pelo servidor em atividade.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

### **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, **em sessão virtual, de 23 a 29 de setembro de 2016**, sob a Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 30 de setembro de 2016

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

**30/09/2016**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 948.503 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: SONIA MARLI DA ROSA FERREIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANDRÉA BUENO MAGNANI</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental interposto em face de decisão monocrática proferida por mim, em que neguei seguimento ao recurso extraordinário, nos seguintes termos:

“Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (eDOC 8):

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO COM PROVENTOS INTEGRAIS. ART. 3º DA EC 47/05. GDASS. OBSERVÂNCIA DA ÚLTIMA PONTUAÇÃO OBTIDA NA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

A integralidade de proventos não tem o alcance pretendido pelo autor, de preservar fielmente a totalidade da última remuneração percebida enquanto na ativa. O que se garante é o direito de se aposentar sem que seja operada qualquer proporcionalização dos proventos, ou seja, o pagamento integral dos proventos conforme previstos na legislação aplicável. Não é possível estender tal garantia a parcelas da remuneração que não tenham valor fixo, como é o caso das gratificações de desempenho.”

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, aponta-se ofensa ao artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005.

**RE 948503 AGR / RS**

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, a necessidade de se garantir a integralidade da aposentadoria, para corresponder à última remuneração obtida enquanto na ativa.

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

A hipótese tratada nos autos guarda pertinência com os seguintes precedentes, assim ementados:

“Agravos regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Gratificação de desempenho de atividade da seguridade social (GDASS). Termo final do direito à paridade entre servidores ativos e inativos. Homologação dos resultados das avaliações. Precedentes. 1. O STF fixou o entendimento de que o termo inicial para o pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre os servidores ativos e inativos é a data da homologação dos resultados das avaliações (RE nº 662.406/AL-RG). 2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 812.653 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 10.11.2015, DJe 15.12.2015)

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 5º, XXXV, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DO SEGURO SOCIAL (GDASS). PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TERMO FINAL. PROCESSAMENTO DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE DESEMPENHO. REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTE.

1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), o Plenário do STF, no

**RE 948503 AGR / RS**

juízo de julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo.

2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDASS aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 16 da Lei 10.855/04, o que não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 774.673- AgR-segundo, Rel. Min. Teori Zavascki, 11.11.2014/2014, Segunda Turma)

Tendo em vista que a decisão recorrida observou a jurisprudência desta Corte, eventual divergência entre as alegações apresentadas pelo recorrente e o entendimento adotado pelo Tribunal a quo demandaria o reexame da legislação aplicável à espécie, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo. Nesse sentido: AI 794.828, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 18.12.2012; RE 717.878 – AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 14.11.2014; AI 794.363 – AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 20.08.2014.

Ante o exposto, conheço do presente agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário, nos termos dos artigos 21, §1º, RISTF.

Publique-se.”

Em suas razões recursais, a Agravante sustenta, em síntese, o seguinte: *“O direito da Autora à integralidade de proventos está condicionado tão somente à observância dos critérios estabelecidos no dispositivo constitucional transcrito. Preenchidas as condições do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, está definido o parâmetro de cálculos para a aposentação do servidor: a integralidade.”* (eDOC 62, p. 4)

Argumenta-se, ainda, que *“não se trata de definir se a parcela tem ou não caráter pro labore faciendo, pois, nesse caso, não se está a cogitar a extensão*

**RE 948503 AGR / RS**

*de um benefício ao aposentado, mas de definir como deve ser incorporada à aposentadoria uma vantagem à qual a servidora já fazia jus quando em atividade.” (eDOC 62, p. 5)*

Nas contrarrazões, o Agravado pugna pelo desprovimento do recurso. (eDOC 67)

É o relatório.

30/09/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 948.503 RIO GRANDE DO SUL

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR):** Não assiste razão à parte ora Agravante.

A parte insurgente não trouxe novos argumentos com aptidão para infirmar a decisão proferida.

Conforme já posto na decisão recorrida, o acórdão regional não diverge da jurisprudência desta Corte.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

“Agravamento regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Servidor público. Gratificação de Desempenho da Atividade do Seguro Social (GDASS). Natureza pro “labore faciendo”. Incorporação aos proventos. Não observância da última pontuação obtida na ativa. Direito à integralidade. Violação. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é no sentido de que as gratificações de natureza pro labore faciendo são incorporadas, em decorrência da aposentadoria, conforme as normas de regência de cada uma delas (no caso, o art. 16, da Lei nº 10.855/04), não havendo ofensa ao direito à integralidade (art. 3º, da EC nº 47/05). 2. Agravamento regimental não provido. 3. Honorários advocatícios majorados em 2% (dois por cento), nos termos do art. 85, § 11, do CPC, observada a justiça gratuita.” (RE 949.293 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 08.08.2016)

“DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE SEGURO SOCIAL GDASS. ART. 40, § 8º, DA LEI MAIOR. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL PERCEBIDO NA ATIVIDADE APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

**RE 948503 AGR / RS**

ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 29.11.2012. O Supremo Tribunal Federal entende que, após a implementação dos critérios de avaliação de desempenho, não se afigura possível a manutenção, para os servidores inativos, do mesmo percentual das gratificações concedidas aos servidores em atividade. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à conformidade entre o que decidido no acórdão recorrido e a jurisprudência desta Corte. Agravo regimental conhecido e não provido.” (RE 745.520-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 4.9.2014)

Verifica-se, portanto, que a despeito do que alega a parte Agravante, a análise do direito à incorporação da GDASS aos proventos de aposentadoria, demanda, primeiramente, a análise da natureza jurídica da referida gratificação, bem como da sua legislação de regência.

Cito, ainda, os seguintes julgados nesse mesmo sentido: ARE 977.231, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 06.09.2016; e RE 930.904, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 09.05.2016.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 948.503**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**

AGTE.(S) : SONIA MARLI DA ROSA FERREIRA

ADV.(A/S) : ANDRÉA BUENO MAGNANI (00018136/DF)

AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. 1ª Turma, Sessão Virtual de 23 a 29.9.2016.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (Presidente), Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma